

RESOLUÇÃO Nº 002/CONSUP/2019

**Aprova as Demonstrações Contábeis da
FUNDESTE, referente ao exercício de 2018**

O Conselho Superior da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE, no uso de suas atribuições estatutárias,

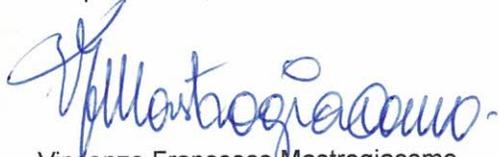
RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar as **Demonstrações Contábeis da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste – FUNDESTE, referente ao exercício de 2018**, nos termos do parecer nº 002/CONSUP/2019.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Chapecó – SC, em 23 de abril de 2019.



Vincenzo Francesco Mastrogiacomio
Presidente da Fundeste

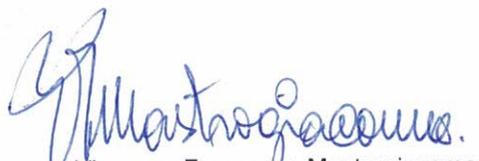


FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDEST
CNPJ 82.804.642/0001-08
Chapecó - SC

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

	Nota	Em milhares de Reais	
		31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante		49.301	56.677
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.204	28.491
Contas a receber de clientes	6	23.442	21.790
Adiantamentos	7	4.879	4.518
Estoques	8	1.699	1.744
Impostos a recuperar		16	21
Outros créditos		60	113
		93.784	88.397
Não circulante			
Depósitos judiciais	9	3.741	3.005
Contas a receber de clientes	6	1.678	1.925
Investimentos		15	14
Imobilizado	10	88.350	83.453
		143.085	145.074
Total do ativo			


Vincenzo Francesco Mastrogiacomu
CPF 119.160.280-04
Presidente


Cleonir Jasckovski
CPF 893.552.109-49
Contador CRC-SC 023.278/O-2

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE
CNPJ 82.804.642/0001-08
Chapecó - SC

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Em milhares de Reais	
		31/12/2018	31/12/2017
Passivo			
Circulante		19.383	18.759
Fornecedores	11	2.521	2.433
Empréstimos e financiamentos	12	1.429	404
Obrigações sociais e trabalhistas	14	11.541	10.876
Adiantamentos de clientes	15	1.641	2.780
Impostos e contribuições	13	2.053	1.878
Outras contas a pagar		199	388
Não circulante		5.011	1.063
Empréstimos e financiamentos	12	3.452	-
Impostos e contribuições	13	377	240
Subvenções para investimentos	17	148	148
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	16	1.033	675
Patrimônio líquido	18	118.691	125.252
Patrimônio social		114.748	112.768
Ajustes de avaliação patrimonial		10.342	10.342
Superávit do exercício		(6.399)	2.142
Total do passivo e patrimônio líquido		143.085	145.074


Vincenzo Francesco Mastrogiacomu
CPF 119.160.280-04
Presidente


Cleonir Jasckovski
CPF 893.552.109-49
Contador CRC-SC 023.278/O-2

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDEST
CNPJ 82.804.642/0001-08
Chapecó - SC

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

	Em milhares de Reais	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Reapresentado)
Receita operacional líquida	102.705	106.849
Custo dos produtos e serviços prestados	(69.987)	(69.096)
Superávit bruto	32.719	37.753
Despesas gerais e administrativas	(19.935)	(20.877)
Despesas com pessoal	(11.397)	(10.156)
Despesas com serviço de terceiros	(9.543)	(9.694)
Outras receitas operacionais	1.131	1.699
Superávit (Déficit) Operacional antes do Resultado Financeiro	(7.024)	(1.275)
Despesas financeiras	(3.552)	(2.031)
Receitas financeiras	4.177	5.448
Superávit do exercício	(6.399)	2.142

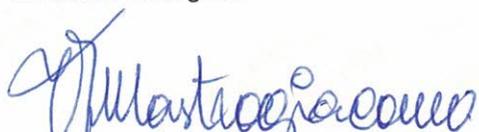

Vincenzo Francesco Mastrogiacomio
CPF 119.160.280-04
Presidente


Cleonir Jasckovski
CPF 893.552.109-49
Contador CRC-SC 023.278/O-2

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE
CNPJ 82.804.642/0001-08
Chapecó - SC

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Em milhares de Reais	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Superávit do exercício	(6.399)	2.142
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	<u>(6.399)</u>	<u>2.142</u>


Vincenzo Francesco Mastrogiacomio
CPF 119.160.280-04
Presidente


Cleonir Jasckovski
CPF 893.552.109-49
Contador CRC-SC 023.278/O-2

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE
CNPJ 82.804.642/0001-08
Chapecó - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de Reais

	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit do exercício	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	95.326	10.342	17.489	123.157
Integralização ao patrimônio social	17.489	-	(17.489)	-
Ajuste de exercícios anteriores	(47)	-	-	(47)
Superávit do exercício	-	-	2.142	2.142
Saldo em 31 de dezembro de 2017	112.768	10.342	2.142	125.252
Integralização ao patrimônio social	2.142	-	(2.142)	-
Ajuste de exercícios anteriores	(162)	-	-	(162)
Superávit do exercício	-	-	(6.399)	(6.399)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	114.748	10.342	-6.399	118.691


Vincenzo Francesco Mastrogiacom
CPF 119.160.280-04
Presidente


Cleonir Jasckovski
CPF 893.552.109-49
Contador CRC-SC 023.278/O-2

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE
CNPJ 82.804.642/0001-08
Chapecó - SC

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA
(Método Indireto)

	Em milhares de Reais	
	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o superávit	(6.399)	2.142
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	5.555	5.204
Provisão para devedores duvidosos	541	676
Provisões para litígios	(414)	(1.833)
Baixas de bens do Imobilizado	212	86
Encargos incorridos sobre empréstimos e financiamentos	5.263	126
Provisão de férias e encargos	569	419
Ajuste de exercícios anteriores	(162)	(47)
Varição nos saldos de ativos e passivos		
Redução (aumento) das contas a receber	(3.125)	(1.078)
Redução (aumento) dos estoques	44	109
Redução (aumento) dos impostos a recuperar	5	(4)
Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes	(271)	(913)
Aumento (redução) de fornecedores	87	(422)
Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e sociais	96	347
Aumento (redução) de obrigações tributárias	312	152
Aumento (redução) de outros passivos circulantes e não circulantes	(190)	(484)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.124	4.480
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Investimentos	(1)	(1)
Aquisição de bens do Imobilizado e Intangível	(10.664)	(8.345)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(10.665)	(8.346)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Financiamentos estudantis	1.179	-470
Adiantamento de clientes	(1.138)	2.639
Amortização de empréstimos	(524)	(1.490)
Amortização de juros sobre empréstimos	(263)	(156)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(745)	523
Varição caixa e equivalentes de caixa	(9.287)	(3.343)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes		
No fim do exercício	19.204	28.491
No início do exercício	28.491	31.834
Varição caixa e equivalentes caixa	(9.287)	(3.343)


Vincenzo Francesco Mastrogiacommo
CPF 119.160.280-04
Presidente


Cleonir Jasckovski
CPF 893.552.109-49
Contador CRC-SC 023.278/O-2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Universitária do Desenvolvimento

do Oeste - FUNDESTE

CNPJ 82.804.642/000108

Chapecó – SC

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
do exercício findo em 31 de dezembro de 2018**

(Valores em Milhares de Reais)



1. Informações sobre a Entidade

1.1 Contexto operacional

A Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste – FUNDESTE, criada pela Lei Municipal de Chapecó n. 141 de 06 de dezembro de 1971, possui personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, de assistência social comunitária, constituída sob a forma jurídica de Fundação, mantenedora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, do Instituto Goio-En e da Farmácia Escola, que tem por finalidade o ensino, a pesquisa e a extensão, como mecanismos de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social, regendo-se pelo estatuto social e pela legislação aplicável.

1.2 Fundação beneficente de assistência social

A Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE é uma fundação reconhecida através dos seguintes atos jurídicos:

- Constituída como fundação sem fins lucrativos nos termos de seu Estatuto;
- Declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº 101 de 27 de maio de 1971;
- Declarada de utilidade pública estadual pela Lei nº 4.614 de 30 de agosto de 1971;
- Declarada de utilidade pública federal pelo Decreto nº 87.122 de 26 de abril de 1982;
- Registrada no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Chapecó-SC, pelo atestado de registro nº 023/2002;
- Certificada como fundação beneficente de assistência social pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, através do certificado nº CCEAS 0451/2004.

A Portaria 1.005 de 22 de setembro de 2017 publicada no Diário Oficial da União deferiu a renovação do Certificado até 29 de julho de 2015.

A Fundação já possui protocolo para o período de 23/11/2015 a 22/11/2018, e para o período 23/11/2018 a 22/11/2021, sendo que até o encerramento do exercício de 2018, a situação do certificado encontra-se sem retorno dos protocolos de renovação, estando ambos em análise.

1.3 Imunidades e isenções tributárias

Por tratar-se de uma Fundação de educação, beneficente de assistência social, sem fins lucrativos, de utilidade pública federal, estadual e municipal, nos termos da Constituição Federal e do Código Tributário Nacional, a Fundação goza de imunidade tributária, bem como goza da isenção das contribuições previdenciárias com base na Lei nº 12.101/09. Portanto, não é contribuinte do Imposto sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Superávit Líquido, bem como da COFINS sobre as receitas que estejam alinhadas com o seu objeto social.

 1 

2. Políticas contábeis

A autorização para conclusão da preparação desta demonstração financeira ocorreu na reunião de diretoria realizada em 28 de março de 2019.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo CFC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Fundação no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Fundação revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Fundação atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.4. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Fundação são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos, empréstimos e adiantamentos realizados e outros recebíveis.

2.4.1 Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

2.4.2 Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e empréstimos e financiamentos.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Fundação são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos, empréstimos e adiantamentos realizados e outros recebíveis. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, empréstimos e financiamentos.

2.4.3 Baixa dos instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem;
- Transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Entidade tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Entidade com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Entidade amortizasse, dos dois o menor.

2.4.4 Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Fundação avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Fundação inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Fundação concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor

recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável.

Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas e ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Entidade. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Fundação compreendem saldos a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

A Fundação não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

2.4.5 Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos e contas a pagar, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

2.4.6 Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Entidade que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 – Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Fundação não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.4.7 Baixa de ativos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(c) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("impairment").

As contas a receber são segregadas e compostas pelos segmentos educacionais.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber, e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.6 Estoques

Os estoques de mercadorias para revenda e almoxarifado foram avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excede o valor de realização líquido de impostos e despesas de venda.

2.7 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado. O custo de aquisição também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados



no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis. A Fundação reavalia anualmente as taxas de depreciação.

Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Grupo patrimonial	Prazo
Edificações	25 anos
Acervo bibliográfico	10 anos
Maquinas e equipamentos gerais e laboratoriais	10 anos
Móveis e utensílios gerais e laboratoriais	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática gerais e laboratoriais	5 anos

2.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

2.9. Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.10. Empréstimos e Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Fundação tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 (doze) meses após a data do balanço.

2.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Entidade concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.12. Adiantamento de clientes

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

2.13. Provisões

Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Fundação espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o

 9 

reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Fundação é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Fundação recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil.

2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

2.16. Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03

(R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.17. Reconhecimento de receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Fundação e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

(a) Prestação de serviços educacionais

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de ensino superior, pós-graduação, cursos livres e atividades educacionais correlatas, presenciais ou a distância. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

As receitas com contribuições dos alunos (mensalidades) são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios levando-se em consideração os períodos de referência. As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a Unidade ou o termo acadêmico. As receitas são geradas com base em contratos de preço fixo, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço.

(b) Receita de venda de produtos

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Fundação adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

(c) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas com base na totalidade das receitas efetivamente recebidas, incluindo ainda os créditos públicos provenientes do Financiamento Estudantil - FIES e financiamento estudantil, atendendo às determinações da Lei nº 12.101/2009 (com as alterações advindas da Lei nº 12.868/2013), do Decreto Federal nº 2.536/1998 e da Lei nº 11.096/2005 que introduziu o PROUNI, bem como a legislação pertinente à filantropia. Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos pelo valor efetivamente praticado e de forma segregada das receitas a que se referem.

(d) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na

rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.18. Impostos

(I) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSSL

A Fundação, em virtude de ser uma instituição de educação, sem fins lucrativos, e entidade beneficente de assistência social, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, em conformidade com o disposto nos artigos 150, VI, "c", e artigo 195, §7º, ambos da Constituição Federal, e de acordo com o artigo 170 do Regulamento de Imposto de Renda- RIR, aprovado pelo Decreto Federal nº 3.000 de 26 de março de 1999.

(II) Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF

Conforme previsto no Decreto Federal nº 6.306/2007, artigo 2º, §3º, as operações realizadas pelas instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que vinculadas às suas finalidades essenciais, não se submetem à incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. Para atestar tal situação às instituições financeiras com as quais realiza operações, a Fundação envia-lhes Declaração de que é imune, não estando sujeita à incidência desse imposto sobre as referidas operações.

Quanto ao IRRF, a Lei Federal nº 9.532/1997, em seu artigo 12, §1º, prevê que os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável pelas instituições de educação ou de assistência social não estão abrangidos pela imunidade. Todavia, a vigência desse dispositivo, entre outros, foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão liminar proferida no bojo da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN nº 1.802-3/1998. Com isso, até o julgamento final dessa ação direta de inconstitucionalidade ou enquanto estiver vigente a liminar, não haverá a incidência do referido imposto sobre tais rendimentos.

(III) Programa de Integração Social – PIS

A Fundação, por constituir uma instituição de educação e de assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532/1997, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS requereu a isenção do PIS, calculada sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, e teve liminar favorável estando desobrigada da retenção.

(IV) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

A Fundação, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, beneficente e de assistência social, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Fundação, de acordo com as Leis nº 9.718/1998 e nº 10.833/2003, com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e o Decreto Federal nº 4.524/2002.

(V) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

A Fundação, por ser detentora do CEBAS vigente, é imune ao recolhimento da contribuição previdenciária patronal. Em contrapartida, a legislação exige que a Fundação invista em educação (bolsas de estudo), cuja regra se aplica a 1 bolsista para cada 5

alunos pagantes para Instituições que aderiram ao PROUNI ou 1 bolsista para cada 4 alunos pagantes para Instituições que não aderiram ao PROUNI, conforme determina a Lei nº 12.101/2009 alterada pela Lei nº 12.868/2013. Até a presente data a Instituição não aderiu ao PROUNI. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na nota explicativa nº 24.

2.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

As normas e interpretações novas e alteradas que estão em vigência a partir de 1º de janeiro de 2018 não trouxeram impacto sobre as demonstrações financeiras da Fundação.

3. Julgamentos e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Fundação requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Fundação, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber de alunos e outros devedores, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de

recebimento diminui, é registrada perdas estimadas nas demonstrações financeiras em montante suficiente para cobrir a perda provável.

Outras políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- Provisão para perdas em litígios tributários, cíveis e trabalhistas;
- Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados; e
- Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos;

4. Gestão do risco financeiro

As atividades da Fundação a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Fundação possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e os impactos.

A Fundação contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

O orçamento é a política utilizada pela Fundação para a gestão de risco, tendo sua elaboração realizada pelas diretorias, reitorias, unidades acadêmicas e setores, e sua subsequente aprovação realizada nos conselhos e na assembleia.

No decorrer do exercício é realizado o monitoramento dos orçamentos previsto em confronto com o realizado.

O programa de gestão de risco global da Fundação se concentra na imprevisibilidade dos mercados e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Fundação.

4.1. Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Fundação não possui nenhuma transação em moeda estrangeira ou realiza operações que tenham risco cambial ou transações com derivativos.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Fundação sofrer ganhos ou perdas decorrentes



de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do CDI e os contratos de financiamentos existentes são de longo prazo contratados com instituições financeiras de primeira linha, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas de mercado.

(b) Risco de crédito

Embora a Fundação possua um saldo bastante pulverizado no contas a receber de clientes, busca junto a sua área de crédito e cobrança procedimentos que garantam a concretização destes recebíveis de forma a mitigar quaisquer riscos de perdas. Em relação às instituições financeiras, a Fundação somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O risco de crédito é gerenciado pela administração. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos de alunos, incluindo mensalidades a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo presidente da Fundação.

(c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Fundação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

A previsão de fluxo de caixa é centralizada no departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Fundação para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Fundação não ultrapasse os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.



5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	145	2.751
Aplicações de liquidação imediata	<u>19.059</u>	<u>25.740</u>
	<u><u>19.204</u></u>	<u><u>28.491</u></u>

O Caixa e equivalentes de caixa consiste em numerário disponível na Fundação, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez diária, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são CDBs remunerados com base na variação do CDI (entre 70% a 100%) e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sendo desta forma considerada como equivalentes de caixa nas demonstrações financeiras.

6. Contas a receber de clientes

Os valores a receber de clientes têm sua origem da semestralidade da graduação e das mensalidades da pós-graduação, bem como as negociações de parcelamentos das mesmas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Mensalidades	12.443	11.955
Créditos educativos a receber	4.985	3.805
FIES a receber	5.201	6.698
Acordos a receber	11.383	9.559
Outros	842	890
Total	<u>34.854</u>	<u>32.907</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(9.733)</u>	<u>(9.192)</u>
	<u><u>25.121</u></u>	<u><u>23.715</u></u>
Circulante	23.443	21.790
Não circulante	1.678	1.925

Os recebíveis não circulantes referem-se aos créditos educativos a receber e saldos renegociados, com prazos superiores a 365 dias.

Os montantes a receber, líquidos da provisão para risco de crédito, configuram a exposição máxima ao risco de crédito da Fundação.

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo no início do exercício	<u>(9.192)</u>	<u>(8.516)</u>
Complemento de provisão	(1.893)	(1.808)
Baixas de provisão	1.352	1.132
Saldo no final do exercício	<u>(9.733)</u>	<u>(9.192)</u>

A provisão de créditos incobráveis obedece ao critério estabelecido internamente pela Fundação, conforme descrito no quadro a seguir:

<u>Natureza do Crédito</u>	<u>Critério</u>
Mensalidades	Não recebido após 180 dias da data de vencimento
Cheques	Não recebido após 90 dias da data para desconto
Duplicatas e Promissórias	Não recebido após 90 dias da data de vencimento
Custas Cartório Cobrança	Não recebido após 90 dias da data de vencimento

Estas definições são para uso exclusivo do cálculo das estimativas de perdas, não influenciando em procedimentos de cobrança, tanto administrativos quanto judiciais, os quais manterão seus processos em conformidade com as normas da Fundação.

Estes critérios estão estabelecidos de acordo com a atividade da Fundação, levando em conta seu prazo médio de recebimento e condições de cobrança e negociação, sendo que levam em consideração o contrato acadêmico que prevê a renovação semestral da matrícula.

Durante o exercício de 2018, foi recuperado o montante equivalente a R\$ 1.352, relativo a perdas anteriormente reconhecidas, fruto do processo sistemático de cobrança realizado pela Fundação.

7. Adiantamentos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Adiantamento de viagens	-	4
Adiantamentos à fornecedores	641	203
Adiantamento de férias/salários	4.238	4.311
	<u>4.879</u>	<u>4.518</u>

 17 

8. Estoques

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Estoque de almoxarifado	463	460
Estoque livraria Argos	811	799
Estoque farmácia escola	425	485
	<u>1.699</u>	<u>1.744</u>

Parte do estoque da Livraria Argos refere-se a títulos publicados por autores/docentes desta Fundação.

9. Depósitos judiciais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósitos judiciais trabalhistas(a)	-	69
Depósitos judicial ICMS Energia e Ação Celesc(b)	46	44
Depósitos judiciais IRRF(c)	3.695	2.892
	<u>3.741</u>	<u>3.005</u>

- (a) Representam valores depositados em juízo, em virtude de discussões trabalhistas que estão tramitando na justiça.
- (b) A Fundação obteve êxito na restituição do ICMS recolhido sobre a demanda de energia elétrica.
- (c) Representa valores pagos no período abrangido pela Remissão da Dívida e que a Instituição pleiteia a devolução.

10. Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado, no exercício de 2017 e 2018, são as seguintes:

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos gerais e laboratoriais	Móveis e utensílios gerais e laboratoriais	Equipamentos de informática gerais e laboratoriais	Acervo Bibliográfico	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 2016	22.512	39.910	6.081	2.232	1.882	3.184	110	4.487	80.398
Adições	-	-	1.380	166	2421	412	29	3.937	8.345
Baixas	-	-	(2)	(1)	(14)	(58)	-	(11)	(86)
Transferências entre grupos	-	279	-	-	-	-	-	(279)	0
Depreciação	-	(2.017)	(1.356)	(421)	(743)	(620)	(47)	-	(5.204)
Saldo em 2017	22.512	38.172	6.103	1.976	3.546	2.918	92	8.134	83.453
Adições	-	-	2.743	308	1.893	465	174	5.081	10.664
Baixas	-	-	(3)	(12)	(52)	(19)	0	(126)	(212)
Transferências entre grupos	-	11.605	-	-	-	-	-	(11.605)	0
Depreciação	-	(2.029)	(1.179)	(441)	(1.201)	(649)	(56)	-	(5.555)
Saldo em 2018	22.512	47.748	7.664	1.831	4.186	2.715	210	1.484	88.350



Em 31 de dezembro de 2018 a Fundação possui R\$ 1.484 (R\$ 8.134 em 31 de dezembro de 2017) registrados na rubrica de imobilizado em andamento. Esse montante em 2017 deve-se substancialmente a construção do salão de atos a ser entregue no primeiro semestre de 2018, e o montante de 2018 refere-se ao obra da Clínica Veterinária, a ser entregue no primeiro semestre de 2019.

Estes ativos estão registrados pelos valores originais de aquisição ou formação, acrescido quando aplicável, de custos de transportes e instalações, ajustados pela depreciação.

11. Fornecedores

Os saldos referem-se a valores a pagar aos fornecedores pela aquisição de materiais de expediente, equipamentos de informática e laboratório, serviços diversos, dentre outros inerentes as atividades da Fundação, representando R\$ 2.521 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 2.433, em 31 de dezembro de 2017).

12. Empréstimos e financiamentos

			<u>2018</u>	<u>2017</u>
	Taxa média de juros	Indexador		
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina - BADESC	5,9% a.a.	TJLP	-	246
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	3,2% a.a.	TJLP	-	158
Banco Itau/Unibanco	12,36% a.a.	IPCA	4.881	-
Total circulante			<u>1.429</u>	<u>404</u>
Total não circulante			<u>3.452</u>	<u>-</u>
Total de empréstimos e financiamentos			<u>4.881</u>	<u>404</u>

13. Impostos e contribuições

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda retido na fonte	1.855	1.798
PIS/COFINS/CSLL (retenções na fonte)	27	47
ISS	10	9
Parcelamento INSS – Lei 11.941/09 (a)	415	264
Imposto de Renda Parcelamento	123	-

TOTAL	<u>2.430</u>	<u>2.118</u>
Circulante	2.053	1.878
Não circulante	377	240

- (a) Saldos referem-se ao parcelamento de débitos previdenciários, os quais representam em 31 de dezembro de 2018 R\$ 38 e R\$ 377, registrados no passivo circulante e não circulante, respectivamente (R\$ 24 e R\$ 240, em 31 de dezembro de 2017).

Os respectivos débitos foram incluídos no "pedido de parcelamento da reabertura da Lei nº 11.941/09 - débitos previdenciários - parcelamento de saldo remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários", o qual foi protocolado em 23/12/2013 e aguarda consolidação por parte da autoridade fiscal.

A Fundação vem efetuando o recolhimento da parcela mensal.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários a pagar	3.388	3.303
INSS	379	364
FGTS	574	578
Férias a pagar	6.666	6.139
Encargos sobre férias	534	492
TOTAL	<u>11.541</u>	<u>10.876</u>

15. Adiantamento de clientes

Os recebimentos antecipados referem-se a adiantamento de matrículas, mensalidades do ano efetuado pelos alunos que são apropriados à receita conforme os serviços são prestados e a devolução de crédito corresponde a valores superiores a dívida do aluno, totalizando em 31 de dezembro de 2018 R\$ 1.641 (R\$ 2.780 em 31 de dezembro de 2017).

16. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A administração da Fundação, com base na opinião de seus assessores legais, classifica os processos judiciais/administrativos em que figura como ré de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalhista (a)	991	505
Cíveis (b)	43	124
Tributário (c)	-	46

1.034

675

- (a) Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para ações trabalhistas classificadas como de risco de perda provável era de R\$ 991 (R\$ 505 em 2017). As reclamações trabalhistas versam principalmente sobre casos de pagamento de diferenças salariais, horas extras, indenizações, reintegrações, reposição de dissídios e outros, os quais a Administração julga como normais nas suas atividades.
- (b) Referem-se as ações de cobrança, que estão sob cuidados da Procuradoria Jurídica da Fundeste; as ações de natureza cível, em sua maioria, têm por objeto: obrigação de fazer, com pedido de realização de matrículas; declaração de inexigibilidade de débitos de mensalidades; indenizações por cobranças indevidas ou inclusão nos órgãos de proteção ao crédito; entre outros.
- (c) A provisão de natureza tributária é originada de correção monetária de depósito em juízo de IRRF sob a competência de 06/2014, no qual a Fundação entrou com ação anulatória de lançamento fiscal.

Abaixo segue a movimentação da provisão para litígios:

	2018	Atualizações	Baixas	Adições	2017
Trabalhistas	991	-	-	486	505
Cíveis	43	-	(81)	-	124
Tributário	0	-	(46)	-	46
	1.034	-	(127)	486	675

A Fundação é ré em processos cujas chances de insucesso foram classificadas como possíveis, com base na opinião dos assessores jurídicos da Entidade e, conseqüentemente, não foram registradas provisões para essas ações. As principais discussões de risco possível de perda são de natureza trabalhista e de recurso especial.

A Fundação é ré em Ação popular movida, por meio do qual objetivam anular ou declarar nulo o certificado de entidade beneficente de Assistência Social (CEBAS) da FUNDESTE. Processo aberto sob dois fundamentos a) incompetência do Presidente do CNAS para deferir a renovação do CEBAS e b) inexistência de Certificado válido ao tempo da MP 446/2008, o que impossibilitava sua aplicação ao caso concreto. Os autos encontram-se para julgamento perante o STJ - Superior Tribunal de Justiça, valor de causa em R\$ 21 milhões, o qual a Fundação vem discutindo a ilegalidade devido ao recebimento no exercício de 2017 da aprovação do CEBAS pelo MEC. Entende-se também que não há risco econômico envolvido e estimativas de perdas a serem realizadas, exceto as custas de honorários de sucumbência que foram estimadas em R\$ 5 mil reais.

17. Subvenções para investimentos

A Fundação recebeu por meio de escritura pública de doação um terreno pela Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, condicionada a manutenção da atividade de ensino neste município.

18. Patrimônio líquido

Durante o exercício de 2018, foi incorporado ao Patrimônio Social o saldo do Superávit do Exercício de 2017, o qual representa R\$ 2.142. A Fundação é uma entidade com personalidade jurídica sem fins lucrativos. Foi registrado um déficit no exercício de 2018 de R\$ 6.399, o qual será incorporado ao Patrimônio Social, após aprovação em Assembleia, no decorrer do exercício de 2019.

Os valores relativos ao custo atribuído do imobilizado foram realizados em contrapartida da conta Patrimônio Social, na proporção da depreciação dos bens, o qual encerraram em 2018.

19. Receita operacional líquida

As receitas operacionais, também conhecidas como ordinárias, são fontes geradoras de recursos que financiam as atividades desenvolvidas pela Fundação, as quais estão previstas em seu Estatuto Social, e são constituídas pelas receitas de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, aluguéis, vendas livrarias e farmácia escola, atividades agropecuárias, taxas, serviços de reprografia, vestibular e outras eventuais, como as doações recebidas, conforme demonstrado:

	2018	2017
Receita de atividades educacionais	122.448	123.771
Serviços em educação e extensão	1.241	1.178
Venda de produtos farmacêuticos	1.386	1.623
Vendas livraria	596	679
Receitas diversas	3.296	5.180
Receita operacional bruta	128.967	132.431
Impostos e contribuições	(23)	(16)
Devoluções e abatimentos	(2.911)	(1.511)
Bolsas de estudo filantrópicas	(19.782)	(21.136)
Bolsas de estudo assistenciais	(3.545)	(2.918)
(-) Deduções da receita bruta	(26.261)	(25.581)
Receita operacional líquida	102.705	106.849

Composição da Receita Gerada em 2018

No exercício de 2018 a Fundação auferiu receitas ordinárias e financeiras no montante de R\$133.143, destinando parte destes recursos com gratuidades (bolsas de estudos),

representando R\$ 19.782. Nesse sentido, a receita após as gratuidades estaria representada da seguinte forma:

<u>Origens</u>	<u>2018</u>	<u>% Total</u>	<u>2017</u>
Receita Operacional Bruta	128.608	96,85%	132.431
Receitas Financeiras	4.177	3,15%	5.448
	132.785	100,00%	137.879
<u>Aplicações</u>			
Bolsas de Estudos Leis 10.260/11.096	(19.782)	14,90%	(21.136)
<u>Receita Líquida após as Gratuidades</u>	113.003		116.743

20. Custos e despesas por natureza e função

Os custos dos serviços prestados e de produtos vendidos e as despesas gerais, administrativas e comerciais estão demonstradas da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Classificação por função		
Custo dos produtos e serviços vendidos	(69.987)	(69.096)
Despesas gerais e administrativas	(19.935)	(20.878)
Despesas com pessoal	(11.397)	(10.156)
Despesas com terceiros	(9.543)	(9.694)
Outras receitas/(despesas) operacionais	1.131	1.699
Total dos custos despesas por função	(109.731)	(108.125)
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Classificação por natureza		
Salários e encargos sociais	(79.997)	(77.674)
Material didático e auxiliares	(1.874)	(1.865)
Depreciação e amortização	(5.555)	(5.205)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(612)	(680)
Utilidades, limpeza e segurança	(2.402)	(1.652)
Publicidade e propaganda	(1.952)	(3.882)
Serviços de terceiros	(9.543)	(9.694)
Custo dos produtos vendidos	(1.386)	(1.578)
Taxas e contribuições	(575)	(340)
Viagens e estadias	(1.985)	(1.936)
Manutenção e reparos	(2.483)	(2.804)
Outras receitas/(despesas)	(1.254)	(2.161)
Indenizações recebidas/(pagas)	(113)	1.346

Total dos custos e despesas por natureza

	<u>(109.731)</u>	<u>(108.125)</u>
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ordenados e Salários	65.841	63.846
Encargos Sociais	24.245	23.211
Remuneração de Estagiários	684	610
Remuneração de Monitores	54	177
Remuneração de PF s/ Vínculo	1.377	1.469
Auxílio Transporte	64	77
Auxílio Alimentação	350	310
Seguro de Vida	107	176
Previdência Privada	250	259
Assistência Médica e Social	2.071	2.383
Aperfeiçoamento de Pessoal	1.887	1.650
Provisão para Ação Trabalhista	421	754
Subtotal Despesas com Pessoal	<u>97.351</u>	<u>94.922</u>
(-) Reversão INSS Patronal	(17.354)	(17.248)
Saldo Após Reversões	<u>79.997</u>	<u>77.674</u>

Por ser uma fundação de natureza beneficente de assistência social, a Fundação goza de benefícios, como a isenção das contribuições previdenciárias - cota patronal, relacionadas com a atividade assistencial. Este benefício no exercício de 2018 representa R\$ 17.354 (R\$ 17.247, no exercício de 2017).

Foram registradas despesas com serviços de terceiros na ordem de R\$ 9.543 no exercício de 2018 (R\$ 9.694, no exercício de 2017), conforme demonstrado:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços de Terceiros	151	143
Serviços de Limpeza	3.211	3.123
Serviços de Vigilância/Segurança	971	815
Serviço de Assessoria e Consultoria	3.039	3.587
Remuneração Pessoa Jurídica	1.859	1.736
Honorários Técnicos/Autônomos	312	290
Subtotal Despesas com Terceiros	<u>9.543</u>	<u>9.694</u>

Estas despesas com terceiros demonstram os serviços que a Fundação toma de outras empresas que, caso não fossem executados desta forma, deveriam ser realizados por pessoal contratado via folha de pagamento (despesas com pessoal).

A partir destas informações temos:

	Valores	%	% Sobre R.O
Despesas com Pessoal Direto	97.351	91,07%	75,70%
Despesas com Serviços de Terceiros	9.543	8,93%	7,42%
Total	106.894	100,00%	83,12%
Receita Operacional (R.O)	128.608	100,00%	

Conforme evidenciado, a Fundação utilizou, no exercício de 2018, 83,12% de suas Receitas Operacionais (Ordinárias) para cobertura das despesas com pessoal e serviços de terceiros.

21. Receitas e despesas financeiras

	2018	2017
Receitas financeiras		
Descontos recebidos	37	1
Juros recebidos	2.591	1.695
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.352	3.142
Variações monetárias ativas	197	610
Total de receitas financeiras	4.177	5.448
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(261)	(126)
Encargos financiamento estudantil	(2.829)	(1.106)
Descontos concedidos	(124)	(279)
Juros de mora	(14)	(188)
Despesas bancárias	(322)	(277)
Multas	-	(51)
IOF / IOOC	(2)	(4)
Total de despesas financeiras	(3.552)	(2.031)

Nas despesas financeiras em 2018 o reconhecimento do Fundo Garantidor do FIES como despesas acresceu aos Encargos sobre financiamentos estudantis o montante de 1,51 Milhões, sendo que estes valores até o ano de 2017 vinham sendo mantidos no Ativo por se tratar de um fundo, o que contribuiu de forma expressiva para o resultado negativo do período.

22. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Fundação possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de taxa de juros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Fundação, as políticas e os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos e de capital da Fundação.

a) Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação, representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de alunos e bolsas restituíveis.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito nas datas de encerramento dos exercícios é:

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	19.204	28.491
Contas a receber	34.853	32.906
Total	54.057	61.397

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - a política de gestão de risco corporativo determina que a Fundação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Fundação. A Fundação possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto, que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

Contas a receber - o risco de crédito é, principalmente, gerenciado pela renovação das matrículas semestralmente, momento em que os débitos são quitados e/ou renegociados. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios, sendo a carteira pulverizada e formada principalmente por pessoas físicas. Em 31 de dezembro de 2018, a Fundação possuía provisão de R\$ 9.733 sobre as contas a receber de alunos (27,92% do total) para fazer face ao risco de crédito.

b) Risco de liquidez

É o risco em que a Fundação encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações

associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais ou atípicas, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

	Valor Contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos	4.881	714	714	1429	2024	-
Fornecedores	2.521	2.521	-	-	-	-
Tributos parcelados	363	73	74	24	73	119
Total	7.765	3.308	788	1.453	2.097	119

c) Risco de taxa de juros

Nas datas de encerramento dos exercícios, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Fundação era:

Instrumentos de taxa variável	2018	2017
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	19.204	28.491
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(4.881)	(404)
Total	14.323	28.087

d) Estimativa do valor justo

A Fundação divulga seus ativos e passivos ao valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo e estrutura de mensuração do valor justo, os quais se referem a conceitos de avaliação e práticas e requerem determinadas divulgações sobre o valor justo.

23. Gratuidade por meio de bolsas de estudo e projetos

Uma das principais exigências para manutenção da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), principal requisito para fruição da imunidade às contribuições para a seguridade social pela Fundação, é o cumprimento do percentual de gratuidade previsto na Lei nº12.868/2013.

Destaca-se que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a lei previa a aplicação de, pelo menos, 15% de sua receita educacional efetivamente recebida em bolsas de estudo, sendo complementado por atividades de assistência social. A partir do ano de 2016, a

legislação passou a prever a necessidade de concessão de uma bolsa integral para cada cinco alunos pagantes (uma para cada quatro em instituições que não aderiram ao Prouni).

Alunos com bolsa integral (100%)	845	14%
Alunos com bolsa parcial (50%)	1.282	22%
Demais Alunos (não bolsistas)	3.799	64%
Total de alunos matriculados em 31/12/18	5.926	100%

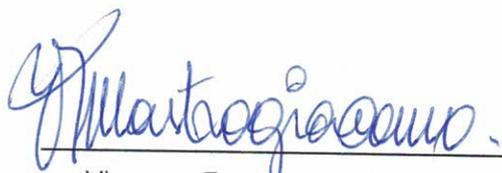
A Fundação em 31 de dezembro de 2018 atende a exigência legal.

24. Cobertura de seguros (não auditado)

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que cubram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por valores de risco declarados de R\$ 87.050 para cobertura dos edifícios, R\$ 3.000 para conteúdo (máquinas, equipamentos, móveis, utensílios e instalações, entre outros) e R\$ 70.000 relativo aos limites máximos de garantia para cobertura básica de incêndio, raio e explosão.

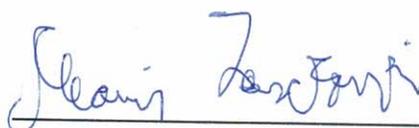
A responsabilidade pela definição dos níveis de cobertura é de responsabilidade da Administração. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.



Vincenzo Francesco Mastrogiacomo

CPF 119.160.280-04

Presidente da FUNDESTE



Cleonir Jasckovski

CPF 893.552.109-49

Contador CRC-SC 023.278/O-2